



Luis Macedo/Câmara dos Deputados



O Plenário da Câmara na quarta-feira passada, quando os deputados aprovaram o projeto que trata da terceirização

Senado deve mudar projeto da terceirização

Presidente Renan Calheiros anunciou que fará sessão temática sobre o projeto e disse que não aceitará votação apressada nem “pedalada contra o trabalhador”

Depois de mais de dez anos em análise na Câmara dos Deputados, chega hoje ao Senado o Projeto de Lei 4.330/2004, que regulamenta a

contratação de empregados terceirizados. Polêmica, a proposta recebeu mais de 200 emendas e, segundo Renan, será intensamente debatida pelos senadores. **3**

Debate avalia mobilidade urbana no Entorno do DF

Situação do transporte coletivo para os moradores do Entorno do Distrito Federal será tema

de audiência amanhã. Região inclui municípios de Goiás e Minas Gerais próximos a Brasília. **4**



Lio de Paula/Agência Senado

Rodoviária do Plano Piloto, em Brasília, é estação central de passageiros

ACONTECEU NO SENADO

Senadores aprovam voto distrital para vereador

Na semana passada, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou o projeto de José Serra que institui o voto

distrital para vereador em cidades com mais de 200 mil habitantes. A proposta agora vai para a Câmara dos Deputados. **4**



Gerardo Magela/Agência Senado

Parlamentares na reunião em que foi aprovada proposta sobre voto distrital

Ministro fala hoje sobre previdência de servidores públicos

Duas audiências públicas na Comissão de Direitos Humanos tratarão hoje de direitos de trabalhadores. A primeira discutirá os funcionários públicos. A segunda, o seguro-defeso pago aos pescadores. **2**

Veja de perto o que acontece no Senado

8 canais da TV Senado na internet

Com a multiprogramação da TV Senado na internet, o cidadão com acesso a banda larga pode conferir, além da programação normal da emissora, mais sete canais que transmitem em tempo real as sessões plenárias e reuniões das comissões e subcomissões.



www.senado.leg.br/tv | Twitter: @TVSenado



Cidadão pode participar das duas audiências no Senado que vão discutir o regime previdenciário dos funcionários públicos e o impacto da MP 665 sobre o seguro-defeso para os que vivem da pesca

Comissão debate mudanças em benefícios de servidores

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promove hoje duas audiências públicas interativas: a primeira, a partir das 9h, para debater os direitos previdenciários dos servidores públicos e a segunda, a partir das 15h, sobre os direitos dos pescadores diante das mudanças no seguro-defeso adotadas pela Medida Provisória (MP) 665/2014.

O ministro da Previdência Social, Carlos Gabas, deve comparecer na audiência da manhã, solicitada por Paulo Paim (PT-RS). Depois de ter vindo ao Congresso para explicar na comissão mista as mudanças nos benefícios previdenciários, como pensão por morte e auxílio-doença, definidas na MP 664/2014, o ministro deve ser questionado sobre o impacto das alterações no regime previdenciário dos servidores públicos. Além do titular do ministério, o secretário de Políticas de Previdência Social, Benedito Adalberto



Ministro da Previdência, Carlos Gabas vai discutir sistema do funcionalismo

Brunca, deve participar da audiência. Também estarão presentes o presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, João Domingos Gomes dos Santos, e outros sindicalistas de entidades de trabalhadores na administração federal, além de representantes do Ministério do Planejamento, do Ministério Público do Trabalho e especialistas.

Na audiência da tarde, pedida por João Capiberibe (PSB-AP), a CDH se reúne para debater as alterações trazidas

pela MP 665 em relação ao acesso ao seguro-defeso. O benefício é um valor pago aos pescadores durante o período de reprodução de determinadas espécies de peixes, para que possam se manter quando há a proibição da pesca.

O debate contará com representantes do Ministério da Pesca, do Ibama, do Ministério Público, do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e de associações e movimentos de pescadores e povos tradicionais costeiros.

João Alberto presta homenagem a Sarney pelo 85º aniversário

Em discurso, João Alberto Souza (PMDB-MA) homenageou os “quase 60 anos” de vida pública do ex-senador e ex-presidente José Sarney, que fez 85 anos na sexta-feira.



André Correia/Agência Senado

João Alberto destacou o papel que Sarney teve na transição do regime militar para o democrático, ao assumir a Presidência da República em 1985. Disse que sua atuação naquele momento crucial do país é reconhecida hoje pelos cientistas políticos. Em apertes, Valdir Raupp (PMDB-RO) e Telmário Mota (PDT-RR) também saudaram Sarney.

Para Viana, governo federal tem que cuidar de imigrantes no Acre

Jorge Viana (PT-AC) informou que o Acre decidiu entregar ao governo a responsabilidade pela gestão do abrigo de imigrantes de Rio Branco, que acolhe estrangeiros ilegais — a maioria haitianos.



André Correia/Agência Senado

Ao justificar a medida, ele disse que o estado não pode continuar assumindo “responsabilidade estranha” a suas competências.

— O Itamaraty, o Ministério da Justiça e a Casa Civil precisam tirar das costas do governador Tião Viana, do governo do Acre, a responsabilidade sobre tema tão grave — cobrou.

Oposição não enxerga acertos da gestão Dilma, afirma Telmário

Telmário Mota (PDT-RR) disse que a oposição deve manter a postura crítica ao governo, mas precisa igualmente reconhecer os acertos da administração de Dilma Rousseff. O senador comparou a situação da presidente à dos técnicos de futebol, que são criticados “tanto pelo que fizeram quanto pelo que deixaram de fazer”.



André Correia/Agência Senado

— O governo da presidente Dilma sofre mais do que técnicos de futebol: só recebe críticas. Os acertos do governo são invisíveis à oposição — comparou Telmário.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Sessão para debates
14h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos.

CDH Direitos previdenciários
9h Audiência com o ministro Carlos Gabas sobre direitos previdenciários no serviço público. Às 15h, debate sobre perda dos direitos dos pescadores com a MP 665/2014.

CCT Financiamento estudantil
9h A comissão faz audiência pública para debater o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

CE Diretrizes para a cultura
9h Apresentação do ministro da Educação Superior da Nova Zelândia. Às 10h, audiência com o ministro da Cultura, Juca Ferreira, sobre as políticas e diretrizes do ministério para o biênio 2015–2016.

CMA Transporte no Entorno
9h Na pauta, o projeto que estimula a caucicultura. Depois, debate sobre o setor de transportes no Entorno de Brasília.

CI/CAE Petrobras
10h Audiência conjunta sobre a situação financeira da Petrobras e as medidas adotadas pela empresa.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Debate
14h Audiência com o ministro de Direitos Humanos sobre medidas em favor de mulheres vítimas de violência doméstica.

CCAI Requerimentos
14h30 A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) se reúne para apreciação de requerimentos.

MP 664/2014 Relatório
14h30 A comissão que analisa a MP 664/2014, sobre mudanças na concessão da pensão por morte e auxílio-doença, se reúne para apreciação do relatório.

CI Transporte
8h30 A Comissão de Infraestrutura promove audiência com o ministro dos Transportes, Antonio Carlos Rodrigues, sobre assuntos relacionados à pasta.

CAS Preços na saúde
9h Na pauta da Comissão de Assuntos Sociais, proposta que obriga estabelecimentos de saúde a exibirem tabela de preços.

CDR Investimentos no Centro-Oeste
9h A Comissão de Desenvolvimento Regional faz debate interativo sobre investimentos na Região Centro-Oeste.

CCT Ciência sem Fronteiras
9h30 Audiência interativa da Comissão de Ciência e Tecnologia destaca formação profissional no Ciência sem Fronteiras.

CCJ Fachin no STF
10h A Comissão de Constituição e Justiça analisa, entre outros itens, a indicação de Luiz Edson Fachin para ministro do STF.

CE Bolsa-Permanência
10h30 Público poderá participar de debate na Comissão de Educação sobre o Programa Bolsa-Permanência.

COMISSÃO/SÃO FRANCISCO Eleição
11h30 Comissão que acompanha a transposição do Rio São Francisco elege o vice-presidente e avalia plano de trabalho.

CMMC COP-21
14h30 A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas faz audiência preparatória para a COP-21.

MP 665 Relatório
14h30 Analisa relatório da MP que amplia rigor na concessão de abono salarial, seguro-desemprego e seguro-defeso.

MERCOSUL Eleição do vice-presidente
15h Eleição do vice da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

CONSELHO Diploma José Ermírio
15h30 O conselho do Diploma José Ermírio de Moraes se reúne para escolher os agraciados da sexta premiação.

CPI DO HSBC Leandro Daiello
10h A CPI do HSBC realiza a oitava do diretor-geral da Polícia Federal.

CMO/CAE/CMA Alexandre Tombini
10h Audiência conjunta com o presidente do Banco Central sobre metas das políticas monetárias, creditícia e cambial.

CRE Ministro da Defesa
10h Audiência com o ministro da Defesa, Jaques Wagner, sobre projetos da pasta.

CPI DAS PRÓTESES Audiência
10h15 A CPI das Próteses ouve representantes da Agência Nacional de Saúde Suplementar e da Anvisa.

QUARTA

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **audiência pública da Comissão de Direitos Humanos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burtle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição: Cíntia Sasse, Marina Domingos e Ricardo Westin
Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Projeto foi aprovado quarta-feira na Câmara após tramitar por mais de 10 anos e receber 200 emendas. Ponto mais polêmico é a terceirização da atividade-fim de empresas



Arthur Monteiro/Agência Senado

Atualmente sem lei específica, a terceirização é permitida apenas em atividades de suporte, como limpeza e segurança, de acordo com decisão tomada pelo TST

Lindbergh apoia “postura ativa” do presidente da Casa

Lindbergh Farias (PT-RJ) elogiou a postura adotada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, em relação ao projeto que regulamenta a terceirização de trabalhadores (PL 4.330/2004). Ao lembrar que os deputados levaram 12 anos para aprovar a proposta, Renan disse que o PL terá tramitação normal no Senado, sem a urgência defendida pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha.

Segundo ele, o projeto, se convertido em lei, resultará na dispensa de funcionários contratados pelas empresas e na sua substituição por empresas terceirizadas.

— Quero parabenizar a posição do senador Renan Calheiros e dizer mais: acho que o presidente do Senado teve uma postura ativa de dizer que a matéria vai tramitar como tem que tramitar por esta Casa, passando pelas comissões — opinou.

Para ele, são inadmissíveis as manifestações de Cunha, de que irá retardar o exame de propostas aprovadas pelo Senado caso os senadores demorem a votar o projeto.

— Quem o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, pensa que é? Ele manda na Câmara dos Deputados, ele não vai dizer como o processo tem que acontecer aqui no Senado. Quem decide isso é o presidente do Senado, são os senadores — disse.

Lindbergh também citou iniciativa de criação de uma frente suprapartidária no Senado para fazer frente ao que chamou de pauta conservadora, imposta pelo presidente da Câmara, que incluiria, além do projeto de terceirização, a redução da maioria penal e o Estatuto da Família, entre outros.

— A nossa maior preocupação é o avanço dessa pauta que vem da Câmara e do presidente Eduardo Cunha. O Brasil, com certeza, espera isto: que, daqui do Senado Federal, surja uma nova correlação de forças, para fazer frente a essa maré conservadora que estão tentando nos impor — concluiu.



André Corrêa/Agência Senado

Senador criticou pauta da Câmara, que chamou de “conservadora”

Texto que regulamenta terceirização deve ser alterado pelo Senado

O PROJETO DE Lei 4.330/2004, que regulamenta a terceirização de trabalhadores, deve chegar hoje ao Senado. Depois de ter recebido mais de 200 emendas, o texto foi aprovado na noite de quarta-feira na Câmara dos Deputados, onde está sendo concluída a redação final.

Polêmica, a proposta deve receber alterações dos senadores. O presidente do Senado, Renan Calheiros, e os líderes das duas maiores bancadas da Casa, Eunício Oliveira (PMDB-CE) e Humberto Costa (PT-PE), já disseram que não concordam com alguns pontos do texto. Além disso, outros parlamentares já foram à tribuna fazer críticas ao projeto.

De acordo com Eunício, terceirizar a atividade-fim é um erro:

— A terceirização é importante e moderniza o país, mas não pode ocupar espaço na atividade-fim de qualquer empresa do Brasil — avaliou o senador.

Humberto Costa também mostrou-se contrário ao tema central do projeto, que permite a empresas contratarem terceirizados para as atividades-fim. Ele garantiu que, como foi aprovado pela Câmara, não passará no Senado, se depender do PT.

— Não há qualquer negociação que possamos abrir sobre atividade-fim das empresas. Ou ela sai do projeto ou votaremos contra — advertiu o parlamentar.

Renan também decidiu convocar uma sessão temática em Plenário para debater a proposição com os senadores e chegou a dizer que a terceirização não poderia ser “ampla, geral e irrestrita” e que não permitiria um dribble contra o trabalhador.

— Nós vamos fazer uma discussão criteriosa no Senado. O que não vamos permitir é pedalada contra o trabalhador. O projeto tramitou 12 anos na Câmara dos Deputados. No Senado, terá uma tramitação normal — afirmou Renan Calheiros.

Longa tramitação

O PL 4.330 foi apresentado em 2004 pelo então deputado por Goiás Sandro Mabel e só teve a tramitação acelerada em 2015.

O projeto libera a terceirização de todas as atividades de uma empresa, cria regras de sindicalização dos terceirizados e prevê a responsabilidade solidária da empresa contratante e da contratada nas obrigações trabalhistas.

Entenda o PL 4.330, a caminho do Senado

-  **TERCEIRIZAÇÃO:** As empresas podem contratar trabalhadores terceirizados em qualquer ramo de atividade para execução de qualquer tarefa, seja em atividade-fim ou em atividade-meio. Atualmente, a terceirização é permitida somente em atividades de suporte, como limpeza, segurança e conservação, nos termos da Súmula 331, do Tribunal Superior do Trabalho (TST).
-  **RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA:** A fornecedora de mão de obra terceirizada e a empresa contratante têm responsabilidade solidária nas obrigações trabalhistas. Assim, ambas podem responder judicialmente por direitos trabalhistas não honrados.
-  **FISCALIZAÇÃO:** A contratante tem obrigação de fiscalizar se a contratada está em dia com salário, férias, vale-transporte, FGTS e outros direitos trabalhistas.
-  **SINDICALIZAÇÃO:** Quando a terceirização for entre empresas que pertençam à mesma categoria econômica, os empregados da contratada serão representados pelo mesmo sindicato que representa os empregados da contratante. Por meio de emenda, foi retirada do texto a necessidade de observar os respectivos acordos e convenções coletivas de trabalho.
-  **DIREITOS:** Os trabalhadores terceirizados têm direito às mesmas condições oferecidas aos empregados da contratante: alimentação em refeitórios, serviços de transporte, atendimento médico ou ambulatorial, cursos e treinamento, quando necessários.
-  **SUBCONTRATAÇÃO:** A empresa que fornece mão de obra terceirizada pode subcontratar trabalhadores de outra empresa em casos de serviços técnicos altamente especializados e se houver previsão contratual.
-  **DEFICIENTES:** As empresas terão que contabilizar todos os empregados diretos e terceirizados para calcular a cota de funcionários com deficiência a serem contratados, que hoje varia de 2% a 5%.
-  **PREVIDÊNCIA:** As fornecedoras de mão de obra pagarão alíquota de 11% sobre a receita bruta para a Previdência Social.
-  **MULTA:** Se as normas da lei forem violadas, a empresa infratora estará sujeita a multa igual ao valor mínimo estipulado atualmente para inscrição na dívida ativa da União (R\$ 1 mil) por trabalhador prejudicado.
-  **VEDAÇÃO:** A contratante não pode usar os trabalhadores terceirizados para tarefas distintas das que estão previstas em contrato.
-  **DOMÉSTICOS:** A lei não vale para trabalhadores domésticos. Emenda aprovada no Plenário da Câmara também vedou a aplicação para guardas portuários.
-  **TRIBUTOS ANTECIPADOS:** A empresa que contrata os terceirizados deve recolher antecipadamente parte dos tributos devidos pela contratada.

Renan: senadores vão discutir criteriosamente o projeto

O presidente do Senado, Renan Calheiros, divulgou nota na sexta-feira dizendo que a Casa vai discutir criteriosamente o projeto que amplia a terceirização de mão de obra, mas não vai engavetá-lo porque “não pode sonegar o debate de qualquer tema”. Veja a íntegra da nota:

Em face de alguns noticiários no dia de hoje (24), reafirmo que o Senado Federal não vai engavetar nenhum projeto porque não pode sonegar o debate de qualquer tema. Quanto ao projeto que ampliou a terceirização da mão de obra, vamos discuti-lo criteriosamente, envolvendo todos os interessados na regulamentação, principalmente os trabalhadores, referências inafastáveis e prioritárias na discussão. Sempre defendi a regulamentação como elemento insubstituível para a segurança jurídica, ampliação da previsibilidade do mercado e resolução do problema do se-

tor, que emprega atualmente mais de 12 milhões de trabalhadoras e trabalhadores. Terceirizar a atividade-fim, liberar geral significa revogar a CLT, precarizar as relações de trabalho e importa numa involução para os trabalhadores brasileiros. Um inequívoco retrocesso. É sabido que os servidores terceirizados têm cargas de trabalho superiores, recebem salários menores e a maioria não tem oportunidade de se qualificar melhor. Não vou polemizar com o presidente da Câmara dos Deputados. Tal controvérsia só interessa àqueles que não

querem o fortalecimento e a independência do Congresso Nacional, àqueles que têm horror ao ativismo parlamentar. Não há nenhuma matéria importante oriunda da Câmara dos Deputados que não tenha sido apreciada pelo Senado Federal. Entre as inúmeras proposições do Senado Federal paralisadas na Câmara dos Deputados, está o Código do Usuário do Serviço Público, uma exigência da sociedade, que, além das dificuldades econômicas, é obrigada a conviver com a falência dos serviços públicos. **Senador Renan Calheiros**
Presidente do Senado Federal

Cidadãos podem participar de audiência pública sobre a situação precária da mobilidade urbana nas cidades de Goiás e Minas que circundam o Distrito Federal

Transporte no Entorno do DF será discutido

PARA DEBATER A situação do setor de transportes nos municípios do Entorno do Distrito Federal, a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) faz audiência pública interativa amanhã. O diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Jorge Luiz Bastos, foi convidado a participar.

O Distrito Federal, embora não seja um estado é uma das 27 unidades federativas do Brasil. O DF tem área aproximada de 5,7 mil quilômetros quadrados e abriga Brasília, a capital federal. Como está encravado em Goiás, faz fronteira com vários municípios do

estado, como Planaltina, Formosa e Águas Lindas, além de cidades de Minas Gerais. A região próxima às fronteiras do DF é chamada de Entorno.

A audiência foi marcada por Ronaldo Caiado (DEM-GO). Ele afirma que o transporte público no Entorno do DF está em "situação caótica".

"Os moradores do Entorno continuam sofrendo com um sistema de transporte ineficiente e caro, que prejudica milhares de trabalhadores. A frota de ônibus encontra-se sucateada, sendo seguidos os eventos de parada por motivos técnicos, sem contar a superlotação. As viagens, em alguns casos, demora-

ram até três horas. Não há como fugir da busca de responsabilização no sentido de melhorar o sistema de transporte coletivo e minimizar o sofrimento causado às pessoas", justifica o senador no requerimento.

O debate será aberto à participação dos cidadãos e ocorrerá às 10h, após a reunião deliberativa da comissão.

ACOMPANHE E PARTICIPE AMANHÃ, ÀS 10H

▶ **Participe:** http://bit.ly/CMA_Situacao_do_setor_de_transportes_nos_municipios_do_entorno_de_Brasilia

▶ **Portal e-Cidadania:** www.senado.gov.br/ecidadania

▶ **Alô Senado** 0800-612211

Wellington cobra repasse de verbas para rodovia em MT

A paralisação de obras pode trazer mais prejuízo à população, disse Wellington Fagundes (PR-MT). Ele citou as obras da BR-163, fundamental para escoar a produção agrícola da região. Elas estão paradas, segundo ele, por falta de repasses federais, gerando demissões de trabalhadores e desmantelamento de empresas.

Para o senador, com a sanção do Orçamento de 2015, o governo tem que direcionar recursos para obras já iniciadas. Ele também pediu celeridade na nova licitação para recuperar a BR-174.



André Correia/Agência Senado

Raupp pede ao governo federal que recupere estradas de RO

Valdir Raupp (PMDB-RO) cobrou do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) atenção com as rodovias federais que cortam Rondônia. Segundo ele, uma das rodovias, a BR-364, apresenta problemas de manutenção, como buracos e trechos perigosos, causando acidentes. O senador citou ainda a ausência de duas pontes na BR-425, que liga Guajará-Mirim a Abunã e à BR-364.

Raupp tem esperança de que os recursos para a construção da Ponte do Abunã não sejam bloqueados.



André Correia/Agência Senado

Medeiros apoia fiscalização da qualidade do asfalto de GO

José Medeiros (PPS-MT) elogiou o laboratório móvel de análise asfáltica do Tribunal de Contas de Goiás. De acordo com o senador, o equipamento contribui para melhorar a qualidade do asfalto das estradas e vias urbanas custeadas pelo poder público estadual.

Instalado na carroceria de um caminhão do tipo baú, o equipamento analisa amostras de solo e da capa asfáltica da via. Para o senador, o projeto ajuda a preservar o dinheiro público. Ele sugeriu que os tribunais de contas dos demais estados sigam o exemplo.



André Correia/Agência Senado

Gurgacz quer ampliar dispensa de registro de máquina rural

Acir Gurgacz (PDT-RO) criticou a possível criação de taxas ou impostos que onerem o custo de produção de agricultores. Ele disse ser esse o ponto de partida para a discussão da MP 673/2015, que dispensou de emplacamento tratores e máquinas agrícolas.

Presidente da comissão mista que analisa a MP, ele anunciou intenção de ampliar a dispensa para todos os veículos agrícolas que sejam utilizados apenas na atividade produtiva, que não se caracterizem como veículos de transporte.



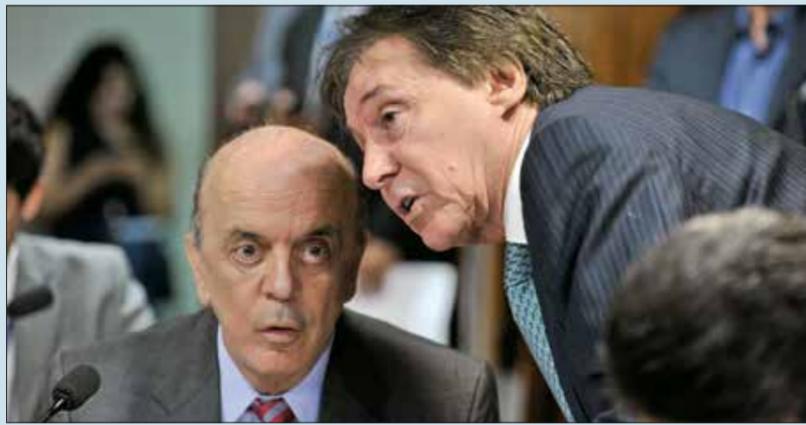
André Correia/Agência Senado

Paim se recupera de cirurgia para retirar vesícula

Paulo Paim (PT-RS) passou por cirurgia na sexta-feira para retirar a vesícula. De acordo com o Hospital Santa Lúcia, a cirurgia foi bem-sucedida e ele está em recuperação.

Assinado por Roland Montenegro e Raul Sturari, o boletim explicou que o paciente já estava em recuperação no quarto. Até o fechamento da edição, ainda não havia previsão de alta.

ACONTECEU NO SENADO



Gerardo Magela/Agência Senado

Proposta pode baratear campanhas, diz Serra, que teve o apoio do relator, Eunício Oliveira

Voto distrital para vereadores passa no Senado e vai à Câmara

■ A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou na quarta-feira o PLS 25/2015, do senador José Serra (PSDB-SP). O projeto determina que as cidades com mais de 200 mil eleitores deverão eleger vereadores por voto distrital. O sistema divide a cidade em distritos e elege o candidato mais votado para cada um deles. O projeto vai ser analisado também pela Câmara dos Deputados. Para que regule as eleições do ano que vem, o texto tem que ser aprovado até outubro.

MAIORIDADE PENAL

■ A redução da maioria penal foi discutida na quinta na Comissão de Direitos Humanos. Debatedores se manifestaram contrários à redução e senadores enfatizaram a obrigação do Estado de atender crianças e adolescentes.



André Correia/Agência Senado

O BRASILEIRO E A CRISE ENERGÉTICA

■ Pesquisa do DataSenado, em parceria com a Universidade Columbia (EUA), divulgada na quarta-feira, mostrou que 85% dos entrevistados são a favor de que o Brasil invista em fontes de energia renováveis.



Gerardo Magela/Agência Senado

LEI DAS ANTENAS É SANCIONADA COM VETOS

■ Na quarta, a nova Lei Geral das Antenas (Lei 13.116) foi publicada no *Diário Oficial da União* com vetos. O autor do texto é o ex-senador Vital do Rêgo. A lei unifica regras de instalação e compartilhamento de infraestruturas de telecomunicações e agiliza os processos de autorização.



Marcos Oliveira/Agência Senado

AUDIÊNCIA DISCUTE CARREIRA DOS ARTESÃOS

■ Na quarta-feira, artesãos e representantes do governo e do Sebrae foram ouvidos em audiência na Comissão de Educação. Os participantes cobraram a aprovação do PL 7.555/2010, que trata da regulamentação da profissão. A proposta já foi aprovada pelo Senado e está em discussão na Câmara dos Deputados.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA

■ A Comissão de Agricultura debateu na quinta-feira a regularização de terras no Brasil. O secretário de Regularização Fundiária da Amazônia Legal, Sérgio Lopes, revelou que 11 milhões do total de 55 milhões de hectares sem destinação na Amazônia já foram regularizados. O Incra informou que hoje existem 9.223 projetos de assentamento para reforma agrária.



André Correia/Agência Senado

PAUTA DO PLENÁRIO TRANCADA

■ Na quarta, o Projeto de Lei de Conversão 2/2015, decorrente da Medida Provisória 661/2014, foi lido e passou a trancar a pauta do Plenário. A MP autorizou a União a conceder crédito ao BNDES e a destinar o superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro à cobertura de despesas obrigatórias. A renegociação das dívidas de caminhoneiros foi inserida no texto pelo Congresso. A previsão é de que seja votada amanhã.

INSTALADAS COMISSÕES DE MPs

■ Na quinta-feira foram instaladas comissões mistas que vão analisar as Medidas Provisórias (MPs) 671, 672 e 673, todas de 2015. Também foram escolhidos os presidentes e vice-presidentes, além dos relatores dos colegiados.

CARTA DE COMPROMISSOS É LANÇADA

■ Na quarta, foi apresentada a Carta de Compromissos do Senado. A diretora-geral, Ilana Trombka, e o secretário-geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira, destacaram a participação dos servidores na elaboração dos compromissos.